



Publicado em: 12.02.2024

INDEPENDÊNCIA (1822 – 1823) E A PARTICIPAÇÃO DAS PARENTELAS NO MARANHÃO

Mateus da Conceição Santos

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil

E-mail: conceicaomateus91@gmail.com

RESUMO

Este artigo é baseado na obra de Antônia da Silva Mota “Família e Fortuna no Maranhão Colônia”, tem como proposta analisar as relações de parentesco na manutenção da herança, na formação de alianças políticas e a participação de membros da parentela Belfort, Gomes de Sousa e Vieira da Silva no processo de resistência e apoio a independência (1822-1823), bem como relacionar os motivos da resistência a adesão ao regime de D. Pedro I, principalmente na capitania do Norte.

Palavras-chave: Parentela; Lideranças e conflitos; Economia; Independência.

INDEPENDENCE (1822 – 1823) AND THE PARTICIPATION OF RELATIVES IN MARANHÃO

ABSTRACT

This article is based on the work of Antônia da Silva Mota “Family and Fortuna in Maranhão Colony”, has as its purpose to analyze the relationship in the maintenance of the inheritance, the formation of political alliances and the participation of family members Belfort - Gomes de Sousa – Vieira da Silva in the process of resistance and support to independence (1822 – 1823), as well as to relate the reasons of resistance to adherence to the regime of D. Pedro I, mainly in the captaincy of the North.

Keywords: Parentage; Leadership and conflict; Economy; Independence.

1. INTRODUÇÃO

A parentela e a política sempre tiveram relações íntimas na formação das cidades, já que todo o desenvolvimento econômico se baseava no domínio pertencente às chamadas famílias principais, e a formação do Maranhão não foi diferente. O poder político esteve atrelado ao domínio de algumas famílias, sendo vistas como uma estratégia ideológica no jogo do poder. Nesse contexto, a família e o Estado atuam de forma semelhante, assumindo conceitos próximos, trabalhando basicamente em

um único benefício. Desta maneira, pode-se entender que já havia uma mentalidade composta de princípios, que apenas continuava a ser executada ao decorrer dos séculos, pois os mesmos mecanismos eram observados nas demais cidades colonizadas. Visando estabelecer uma permanente descendência de parentesco, as famílias consideradas de mesmo nível social, usavam o casamento endogâmico para estabelecer uma linhagem elitizada. A partir dessa visão, faz-se necessário refletir às palavras de Tanya Brandão sobre casamentos consanguíneos:

[...] que o casamento de pessoas ligadas por laços de parentesco muito próximos funcionaram como fórmula de conservação do patrimônio familiar. Exemplos típicos são os casos de tios-esposos que administravam a herança de suas esposas e os de primos-cônjuges cujos filhos recebiam por morte dos pais, as terras antes pertencentes aos avós comuns. Os casamentos entre parentes, além de preservar a base econômica, davam coesão política às famílias. Pelo sistema de parentesco bilinear, assegurou-se a todos os membros *status* e acesso aos bens materiais (BRANDÃO, 1995, p.282-4 APUD MOTA, 2006, p. 134).

Além do processo de casamentos endogâmicos, era também utilizado o método que se baseava na conservação do nome da família, estabelecendo assim uma linhagem de nomes que trazia o nome de antecedentes familiares e que proporcionava muito benefício nas questões de herança para aceitação social. Seguindo esse contexto, é notório identificar que essas relações de nomes homônimos eram estabelecidas apenas para o sexo masculino, já que eram considerados os chefes de família. O período era caracterizado pela regência do paternalismo, ou seja, o chefe da família que continha a autoridade da família, dessa forma deveriam acompanhar de perto a educação dos jovens e nortear seus caminhos familiares. O papel do chefe da família era fundamental para que filhos, sobrinhos e afilhados pudessem ter um casamento vantajoso e que pudesse fortalecer a família, evitando conflitos familiares, dessa forma essa prática fundamentava-se no autoritarismo, que utilizava os bens ou a herança para punir ou favorecer os membros do grupo familiar.

Na proporção que se fala de parentela no Maranhão, é importante destacar a linhagem do irlandês Lourenço Belfort, já que ele é uma figura de bastante prestígio que faz referência no campo econômico e que expandiu sua família em uma proporção extensa, a qual obteve um lugar nas chamadas famílias principais. Esse processo de sociabilidade se divide em dois momentos marcantes: a construção do seu espaço na região e quando a família ganha reconhecimento como uma das famílias principais. O reconhecimento adquirido também é visto por outras famílias como uma oportunidade de união, que visava à adesão de postos na máquina administrativa, como é o caso do coronel Aires Carneiro, que conseguiu empréstimos e ocupou postos de destaque na hierarquia militar, ganhando reconhecimento como nobre de antiga linhagem. Dessa forma, percebe-se que o processo de parentesco serviu também como uma maneira de favorecer e ingressar de modo permanente nas famílias que tinham prestígios e grande poder político, estabelecendo-se até um conceito entrelaçado, a do casamento oportuno, que se caracterizou pelas oportunidades de ganho.

2. DISPUTAS PELA LIDERANÇA DA PARENTELA

O texto trata de conflitos ocorridos na disputa da liderança da parentela Belfort. Após o falecimento do irlandês Lourenço Belfort o qual comandou e ampliou o poder da família Belfort exercendo altas funções, como militar, foi Capitão chegando ao posto de mestre de Campo, nomeado no dia 22 de agosto de 1768, em São Luís, foi proprietário da mais antiga casa comercial. Entre várias realizações e projetos executados também por este, pode-se citar a fundação de uma importante Fazenda adotando a igreja e cemitério na margem esquerdo do Itapecuru como prova o seu requerimento de 07 de setembro de 1769.

Com sua morte a família Belfort passou a ser liderada por Antônio Belfort, o qual foi nomeado administrador dos bens, tornando-se um importante Líder, pois além de outras funções ocupou o cargo de vereador em São Luís. Antônio Belfort manteve os procedimentos de seu pai, solicitando incansavelmente terras às autoridades, ampliando dessa forma cada vez mais as propriedades herdadas do pai. No final do século XVIII a família tinha crescido por meio de uniões, portanto o direcionamento da família extensa era compartilhado entre João Belfort e Antônio Belfort, este responsável pelas iniciativas políticas, enquanto João Belfort cuidava dos empreendimentos produtivos da família, mas apesar do esforço deles, não chegaram a alcançar junto a coroa Lusitana as honrarias dadas ao pai.

“As mulheres da família Belfort, em especial as viúvas, exerceram importante papel no meio social local” (MOTA, 2006, p. 139). Francisca Maria Belfort, por exemplo, era considerada como uma espécie de bancária, pois ela tinha vários devedores que haviam contraído com ela quantias consideráveis, entre estes estão seus parentes e “grandes proprietários rurais, como o comendador Honório José Teixeira e o Capitão Joaquim Francisco Launé” (MOTA, 2006, p. 139), conseguindo, desta maneira, aumentar consideravelmente seu patrimônio deixado pelo seu pai, marido e com ajuda de seus filhos e genros. Francisca Maria Belfort morreu em 1816, deixando grande patrimônio em dívidas a receber, pois ela financiava muita gente incluindo fazendeiros, também emprestava capital aos parentes, compadres e amigos.

O Coronel de Milícia, Marcelino Nunes Moreira, genro de Dona Madalena Belfort, também foi uma referência nessa geração como está em Registro, como um homem de boa conduta, confiável, este era testamenteiro de praticamente todos os parentes de sua mulher, Dona Isabel Maria Freire. No início do século XIX, esse grupo de elite teve outra liderança, o filho de Rosa Maria Belfort e Bernardino de Castro Pereira, chamado Lourenço de Castro Belfort. Devido ao seu nome e por ter sido proprietário rural, muitas vezes era confundido com seu avô Lourenço Belfort (MOTA, 2006, p. 140), assim como seu avô, teve uma boa liderança, assumindo de forma coerente um papel decisivo na movimentação política que culminou na adesão da capitania ao Império do Brasil.

Poucos foram os conflitos no extenso grupo familiar, conflitos maiores aconteceram quando Antônio Belfort foi preso pelo cunhado, Aires Carneiro Homem Souto Maior, comandante do Regimento de Milícia do Itapecuru, pois ele mandou prender vários governantes alegando que estes estavam faltando nas obrigações inclusive Antônio Belfort. Por conta da prisão de Antônio Belfort, Aires Carneiro foi criticado e ridicularizado publicamente. Aires Carneiro dirigiu um requerimento ao então Governador Fernando Pereira Leite de Foios, nesse requerimento era pedido que fosse resolvida a partilha de bens deixados pelo falecido Lourenço Belfort. É importante ressaltar que após dez anos da morte de Lourenço Belfort conflitos e discordâncias aconteciam entre Aires Carneiro e Antônio por conta da herança, pois Aires queria que Antônio Belfort fizesse logo a partilha dos bens deixados por Lourenço Belfort. Enfim, fica evidente que os desentendimentos familiares das elites que contribuíram com o governo do Maranhão aconteceram pela ambição, o desejo de posse, de poder comandar os bens deixados pelos familiares.

3. PODER LOCAL E OS INTERESSES DAS PARENTELAS MARANHENSES

As famílias Belfort, Gomes de Sousa e Vieira da Silva foram muito bem beneficiadas por vários cargos e funções de destaque na segunda metade do século XVIII, essa proeza se deu pela estratégia de casamentos entre os filhos das famílias mais influentes do local, faziam de gosto dessa unificação de poder, ficando mais fácil o controle do governo garantindo a hegemonia do grupo, ofertando cargos de vereadores, juizes e comandantes militares para seus filhos. Podemos confirmar esses feitos na “narrativa de César Marques sobre o governo de D. Francisco de Melo Manuel Câmara (1806 a 1809) revelando ainda outro registro valioso: as memórias do bacharel Sabino, secretário e crítico feroz de Dom Francisco de Melo Manuel da Câmara”, (MOTA, 2006, p. 149 - 150) sendo extraídos destas informações os reflexos na capitania do Maranhão, fatos daquele momento traumático vivido por Portugal, que ocasionou a transferência da corte para o Estado do Brasil. Podemos registrar também outros momentos que foram escritos, afirmando essas entregas de cargos aos membros das famílias, como diz o cronista Dr. Luís Antônio Vieira da Silva, com exatidão ele afirma que seu pai o Dr. Joaquim Vieira da Silva e Sousa, viveu nesse período tumultuoso ao lado de vários membros das famílias Belfort, Gomes de Sousa, Lamagnère e Vieira da Silva, ocupando vários cargos públicos no período do império brasileiro, esta crônica foi a público em 1862.

A vinda da família imperial e do príncipe regente para o Brasil aconteceu devido a invasão de Portugal pelos franceses em 1807, dificultando mais ainda a administração da colônia pelos conselhos, agravando a autoridade de sua majestade. Nesta mesma época estava como governador do Maranhão, D. Francisco de Melo Manuel Câmara, este sendo favorável a causa francesa e sempre em desacordo ao modo como o Brasil era tratado sem recursos e sem educação, dava ênfase à nação francesa e que não sofreria dano algum se fosse para Lisboa e talvez engrossasse

mais seus bens. O governador não fez questão do fortalecimento da cidade de São Luís como relata Marques:

Ao que parece, o governador dava como certa a derrota portuguesa, pois, segundo relataram seus inimigos, neste momento desguarneceu as fortalezas da cidade de São Luís, justamente quando tinha recebido o aviso do Príncipe Regente “recomendando pôr-se em estado de repelir qualquer ataque hostil e de se acautelarem para evitar surpresas dos franceses, espanhóis e holandeses” (MARQUES, 1970, P. 349 APUD MOTA, 2006, p.151).

Outra pessoa que descreveu sobre o governador D. Francisco de Melo Câmara foi o Visconde de Anadia, o mesmo Dr. Sabino, relatando seu desagrado com a pátria não tendo amor por nada neste Estado e que não era digno do cargo que possuía, demonstrando que estava à cima da lei e quem fosse contra ele seria castigado ou exterminado, talvez o seu isolamento no Brasil. Este não tendo como recorrer a determinações rápidas da coroa resolvia tudo a seu modo, semelhante aos supremos chefes militares. Parece um exagero ao relatar dessa forma do governador sobre suas proezas, mas temos relatos de um dos visitantes à cidade de São Luís, afirmando que: “depressa percebi que São Luís era governada pelo poder mais despótico... o povo temia falar e os homens não sabiam se seriam presos pela mais insignificante expressão” (KOSTER, 2003, P. 241, APUD MOTA, 2006, p.151).

Por conta do autoritarismo do governador, as elites se encontravam sempre em disputas, aumentando mais ainda as rivalidades já existentes, chegando a ter várias denúncias contra o governador D. Francisco de Melo Câmara, titulando sua administração de hostil. “O conflito, que exemplifica as inúmeras divergências entre os funcionários que sua Majestade tinha ordenado e os potentados locais que acabou vitimando o Juiz-de-fora, o Dr. Luiz de Oliveira Figueiredo e Almeida” (MOTA, 2006, p. 155), esses conflitos aconteceram logo após a descoberta que a Câmara retirava salários que não lhe conferiam e recusavam-se a assinar as obrigações que eram remetidas.

Podemos observar a importância destes relatos históricos na dinâmica pela luta e consolidação do poder das famílias elitizadas no Maranhão durante o processo de transição da colônia portuguesa a Reino Unido, na construção da “independência” do Estado do Brasil e posteriormente do Estado do Maranhão. As disputas de poder entre o governador e os funcionários que sua Majestade tinha ordenado para fiscalizar a administração pública eram comuns, e se pode dizer que os abusos da administração eram grandes e todos do grupo tinham participação ativa, que passavam por cima das leis que os Conselhos de sua Majestade elaboravam em Lisboa, servindo apenas de aparência.

4. A “INDEPENDÊNCIA” NO MARANHÃO

Com as guerras napoleônicas (1803-1815) comandadas por Napoleão Bonaparte que tinha a ambição de expandir o território francês e colocar “toda Europa sobre seu poder”, travando batalhas com as grandes potências da época como Ale-

manha e Inglaterra, esta última sua principal rival que também manteve relações diplomáticas e comerciais com Portugal. A Batalha de Trafalgar foi o ápice da hegemonia britânica, porém inconformado com a derrota Napoleão ao conseguir invadir a Alemanha, com o intuito de pressionar a Inglaterra, decreta o Bloqueio Continental, que na prática era a insolação comercial da Inglaterra com qualquer país europeu, Portugal não adere tal decreto por manter relações comerciais e diplomáticas com a “bloqueada” Inglaterra.

Por outro lado, a pressão incidida sobre Portugal pelas alianças napoleônicas leva a corte a buscar um refúgio seguro da repressão e ameaças sofridas. No fim do ano de 1807, com as estruturas já estremecidas, a Família Real foge para a sua colônia na América do Sul, elevando o Estado do Brasil a sede da colônia portuguesa. O que antes era apenas uma colônia, torna-se agora o centro das decisões sobre todas as demais colônias portuguesas e até mesmo Portugal. No entanto, por se tratar de uma fuga, não houve tempo para preparar locais de morada para acolher a Corte Portuguesa, gerando despejos de moradores do Rio de Janeiro para que suas casas fossem ocupadas por oficiais e nobres, o que inicialmente gerou revolta. Obras e benfeitorias são feitas por ordem de D. João VI, como a construção de parques, ruas mais organizadas, imprensa entre outras benfeitorias com o intuito de viabilizar o conforto da corte e sua estadia na nova sede administrativa portuguesa, além de abrir os portos para que outros países pudessem fazer negócios no Brasil.

Outras medidas são destacadas pelo jornalista Chico Castro:

Tomou providências, um ano após a sua chegada, para que houvesse interesse pela educação e literatura brasileiras no ensino público, abrindo vagas para professores. Instalou na Bahia uma loteria para arrecadar fundos em favor da conclusão das obras do teatro da cidade; mandou estabelecer em Pernambuco a cadeira de Cálculo Integral, Mecânica e Hidromecânica e um curso de Matemática para os estudantes de Artilharia e Engenharia da capitania; isentou do pagamento de direitos de entrada em alfândegas brasileiras de matérias-primas a serem manufaturadas em qualquer província e criou, pela primeira vez no país, um curso regular de língua inglesa na Academia Militar do Rio de Janeiro (CASTRO, 2013, p. 33 e 34).

A maior beneficiada neste processo foi à Inglaterra que escoltou a corte portuguesa até o Brasil, assinando posteriormente dois tratados: o Comércio e Navegação e o Aliança e Amizade. Em 1815 com a derrota de Napoleão e a criação do conselho de Viena como critério para a participação ativa de D. João VI, o Brasil deveria tornar-se Reino Unido de Portugal, medida que desagradou parte da elite luso-brasileira, gerando uma série de conflitos. Com o fim das guerras napoleônicas e a elevação do Brasil para reino, ficou evidente que D. João VI não pretendia voltar para Portugal o que suscitou grande descontentamento e pressão por parte dos portugueses que estavam principalmente em Portugal e pelas capitanias do Norte que se viam ameaçadas com tais medidas, desta forma a autoridade da coroa também estava sendo ameaçada, principalmente com a eclosão da revolução do Porto em Portugal.

O poder estabelecido em Lisboa influenciou a administração “do Grão-Pará e Maranhão” com a revolução do Porto em Portugal, formou-se também em Belém do Pará uma junta semelhante a da cidade do Porto, constituída por:

Instituído na capitania do Maranhão um governo provisório, habilidosamente eixado a cargo do último capitão-general Bernardo da Silveira, por sugestão do Senado da Câmara, foi criada uma Junta consultiva, em outubro de 1821, de que fizeram parte como presidente o bispo Nossa Senhora de Nazaré. Como secretário da Junta foi nomeado o brigadeiro Sebastião Gomes da Silva Belfort. [...] Outro membro importante deste colegiado consultivo foi o desembargador João Francisco Leal. Ao final, José João Beckman e o desembargador Joaquim Antônio Vieira Belfort foram eleitos para representar o Maranhão nas Cortes em Lisboa. (MOTA, 2006, p. 159).

Com o processo de independência no Estado do Brasil iniciado, formaram-se grupos pró e contra a separação de Portugal. Nesse cenário, membros da família Belfort, como o coronel José Felix Pereira Belfort de Burgos, mesmo fazendo parte da parentela que liderava a Junta tomou partido a favor da independência, causa esta que se apresentou, “como a corrente mais forte; levando todas as aldeias e vilas da capitania a aderirem à causa brasileira” (MOTA, 2006, p. 159). A “independência” do Brasil foi declarada em 07 de setembro de 1822, o Estado do Maranhão só aderiu oficialmente ao regime de D. Pedro I em 07 de agosto de 1823, quando as lutas que ocorriam no Norte foram sufocadas, parte da adesão deve-se ao fato de que as famílias principais passaram de maneira resoluta a colocarem interesses pessoais acima dos coletivos (expansão e acúmulo de bens pela família) outro fator importante, talvez o principal, foi o envio do mercenário inglês Lorde Cochrane com a missão de sufocar tais batalhas.

Os conflitos ocorridos no Estado do Maranhão tinham como objetivo fundamental as disputas pelo poder local das famílias principais, disputas estas que ocorriam também dentro das próprias famílias como observado acima nas guerras de “independência” e que perduraram até a eclosão da Balaiada. Por outro lado, foram através das alianças que as famílias principais ocuparam posições privilegiadas na política interna e externa, ocupando cargos administrativos e de lideranças tanto militar quando representatividade civil, como ocorrida na Junta formada no Maranhão. Outra observação a ser feita nesse artigo é que as famílias advindas dos pioneiros como o caso da parentela Belfort no final do século XVIII, começam uma construção “enquanto nobreza da terra, agora através do discurso” (Mota, 2006, p. 164).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso traçado para Adesão do Maranhão à Independência do Brasil, observou-se como a relação construída para manter o poder local, seja por meio do casamento endogâmico ou através das alianças políticas, possibilitou que as famílias principais, entre elas as famílias Belfort, Gomes de Sousa e Vieira da Silva mantivessem seus *status* e poder como os senhores da terra e, portanto detentores do poder local estabelecendo uma dependência política e econômica no Maranhão, visando sua

prosperidade ao mesmo tempo em que vivenciavam uma disputa interna para liderar e controlar o capital familiar abrindo mão das relações parentais para alcançar tal fim.

Destacando a atuação da família Belfort, é perceptível como as relações parentais foram se construindo, objetivando o acúmulo do poder por meio da união das famílias elitizadas da região do Itapecuru e posteriormente os conflitos de interesses entre as próprias famílias unificadas, bem como o ganho de cargos que ocorreu por meio das trocas de favores. Quando se pensa nas alianças que culminaram na separação do Maranhão com Portugal é possível inferir que esta ocorreu não como um movimento natural e impulsionada pelo desejo da população, mas como uma maneira de conservar ou adquirir poder por meio do posicionamento político.

Enfim, é interessante pensar que a “independência” do Maranhão não ocorreu de maneira amistosa por parte da elite que se beneficiava da condição de colônia ligada a Portugal, tanto que foi necessária a contratação de um mercenário (Lorde Cochrane) para obrigar a resistência maranhense a aderir a Independência do Brasil. De igual modo, deve-se pensar nas relações que foram estabelecidas entre as famílias principais da região e o governo geral do Brasil para consolidar tanto a adesão do Maranhão quanto o permanência dos privilégios da elite local destacando-se aqui as famílias da região do Itapecuru.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Chico. **A Noite das Garrafadas**. Brasília: Senado Federal, 2013, p. 33 e 34.
- MOTA, Antônia da Silva, **Família e Fortuna no Maranhão Colônia**. São Luís: EDUFMA, 2006.
- BLOG DO ENEM. **1808: a história da chegada da família Real de Portugal no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://blogdoenem.com.br/familia-real-historia-enem/>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- MORALES, Samuel R. **A Batalha de Trafalgar e a Hegemonia Britânica no Século XIX**. In: Web Artigos. 2012. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-batalha-de-trafalgar-e-a-hegemonia-britanica-no-seculo-xix/92075/>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- FERREIRA, Anamaria Nunes Vieira. **A Guerra dos Três Bês**. 2008. Disponível em: <https://familiarahistoria.blogspot.com/2008/11/guerra-dos-trs-bs.html>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- SOUSA, Rainer Gonçalves. **Guerras de Independência**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/guerras-independencia.htm>. Acesso em: 11 dez. 2019.
- BLOG DA JUCEY SANTANA. **Laurenço Belfort**. 2016. Disponível em: <http://juceysantana.blogspot.com/2016/07/lourenco-belfort.html?m=1>. Acesso em: 11 dez. 2019.